

-----**ACTA N.º 232**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. Acta-----

1.1 Acta 231 de 12 dezembro 2014-----

2. Correspondência-----

3. Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4. Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Revisão do PDM-----

4.3 1ª Revisão Orçamental de 2015-----

4.4 1ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2015-----

4.5 3ª Revisão da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais-----

4.6 Regulamento Urbanístico do MSV-----

4.7 Compromissos Plurianuais-----

4.8 Despesa Fiscal de 2015-----

4.9 Relatórios dos Acordos de Execução-----

5. Período Destinado ao Público-----

----- Passavam dez minutos das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Alexandre Fernandes Tavares-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- Ana Raquel Machado e Costa-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Andreia Coutinho Tavares-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- José Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário Coutinho Martins-----

- Ricardo Manuel Tavares da Silva-----

- Rui Manuel Arede Lopes-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----
---- Faltaram à sessão Mário José Costa da Silva e Ana Maria Tavares Mendes. O membro Mário Silva foi substituído por Ricardo Manuel Tavares da Silva, convocado através de protocolo, tendo-se verificado a identidade e legitimidade do membro substituto. A falta foi justificada nos termos do artigo 78º da Lei das Autarquias Locais, razão pela qual se promoveu a substituição nestes termos.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, António Rodrigues Ferreira e Idalina Pereira Tavares, Vereadores.-----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Acta – Foi apreciada e aprovada, por maioria, com uma abstenção de Ricardo Manuel Tavares da Silva, a Acta n.º 231, da sessão realizada no dia 12 de dezembro de 2014, disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência que poderia ser consultada e informação recebida: -----

Foram recebidos os habituais convites, nomeadamente da Santa Casa da Misericórdia para a cerimónia de assinatura de um protocolo, do Rotary Club de Sever do Vouga para uma formação no próximo dia 7 de março e da Agenda 2020 para um seminário sobre a privatização da água.-----

Mais informou que, a Câmara Municipal deu conhecimento ao presidente da Assembleia Municipal da informação enviada aos municípios que colocaram questões numa sessão anterior. Finalmente, disse ter o relatório das vistorias e inspeções realizadas à Ponte do Abade de Santiago, na sequência da questão levantada pelo membro Mário José Costa da Silva.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou serem esses pedidos intercalados nos termos do regimento, para não intervirem seguidos dois membros do mesmo grupo.-----

----- Após a anotação de todas as inscrições, passou-se ao período das intervenções.-----
A primeira intervenção foi de **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva**, que alertou para o facto de a Estrada Municipal 570 estar a aluir entre o local assinalado como futura ETAR e o miradouro, devendo ser reparada o mais rápido possível. Mais informou que, na antiga Estrada Nacional 16 existem várias árvores a constituir perigo para quem ali circula, principalmente no parque que se encontra junto à Ecopista. Disse considerar que o município deve tomar as devidas providências. Referiu ainda, que, na sessão de 28 de fevereiro de 2014, o município foi alertado para a situação da mesma Estrada Nacional 16, no troço entre a ponte de Santiago e a freguesia de Cedrim, que em muitas curvas não possui qualquer muro de proteção. Estando na fase final das obras da barragem, disse ser altura de começar já a acautelar junto da entidade responsável por aquelas reparações, quais as obras necessárias e para quando o seu início. Mais alertou para o facto de, junto à Capela da Senhora da Boa Viagem, na Zona Industrial dos Padrões, continuam vários buracos resultantes das obras da EDP ainda por reparar e que a rua que se inicia junto àquela capela encontra-se em mau estado e com pouca iluminação pública. Por último, alertou para o facto de não haver qualquer iluminação pública na rua que se inicia junto à Estrada Nacional 328 e vai da sociedade Metalpedro até à Asmet, devido a avaria nas lâmpadas, há já sete meses.-----

De seguida, foi dada a palavra a **David da Silva Alves** que falou sobre as diversas falhas operacionais no atendimento do serviço da Segurança Social em Sever do Vouga, dizendo

que, com aquela exposição, pretende-se questionar a Segurança Social sobre a função daquele serviço, e perguntar claramente qual vai ser o futuro da extensão no nosso concelho. Pediu uma manifestação de desagrado, por parte da Assembleia Municipal, no sentido de ver clarificada a situação.-----

Assim, foi apresentada a seguinte proposta para ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal: A Assembleia Municipal protesta junto do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro para o facto de existir em Sever do Vouga uma extensão do serviço de Segurança Social que encerre para férias do único funcionário e que, em períodos normais de trabalho, é encerrada também para que a funcionária possa deslocar-se em serviço externo, ficando as pessoas na rua a aguardar que a mesma regresse. Pretende-se, desta forma, o reforço de recursos humanos nesta extensão do serviço de Segurança Social. Apresentada a proposta, a mesma foi colocada à votação do órgão deliberativo, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

A próxima intervenção coube a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por desejar um ano produtivo para o concelho. Falou sobre o desfile de Carnaval das escolas do concelho, lamentando a falta de importância dada pela autarquia, uma vez que, poderia ter aproveitado aquela ideia para o desenvolvimento da marca “Sever do Vouga”. Relativamente à abertura de dois Espaços do Cidadão no concelho, questionou o presidente da Câmara se houve algum estudo prévio sobre as eventuais possibilidades de localização desses serviços, sugerindo que fossem ouvidos todos os presidentes de Junta de forma a encontrar a melhor solução para os cidadãos do concelho. Finalmente, agradeceu informação sobre o ponto de situação da zona central da freguesia de Talhadas relacionada com a previsão do início da requalificação do pavimento da mesma.-----

De seguida, interveio **Albano de Amaral Macedo**, que quis dar uma saudação especial ao novo membro da Assembleia Municipal e, em seu nome pessoal, muitas felicidades à primeira secretária que se encontra ausente por motivo de parto. Dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia Municipal e presidente da Câmara Municipal, disse que, na sequência da nomeação de membros da Assembleia Municipal para ocuparem cargos em diversos conselhos municipais, regionais, intermunicipais, entre outros, julgava que poucos desses membros foram convocados para esses cargos. Referiu que, inclusivamente, foi criado um Conselho Municipal de Segurança, para o qual foi redigido um regulamento, e foram convidados munícipes e, até agora, foram empossados e nada mais. Deixou um desafio para a próxima sessão: que cada membro fizesse um relatório das suas participações nesses órgãos (para os quais foram nomeados) para serem tomadas as medidas que se julguem necessárias para dignificação daquela Assembleia Municipal e dos próprios membros eleitos ou indicados. Acerca do Conselho Municipal de Segurança, que tomou posse, disse terem sido apresentadas questões de segurança rodoviária, questões de segurança nas escolas, droga e tais, falta de luz pública, buracos, e questionou se o CMS é realmente necessário. Perguntou se é preciso que aconteça alguma coisa para que esse órgão entre em funções.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que começou por falar sobre a litoralização e urbanização da população e a importância das vias de comunicação, dizendo que, no caso de Couto de Esteves, é um fator que dificulta a fixação de população. Referiu que, de acordo com o Censos 2011, Couto de Esteves é a freguesia do concelho de Sever do Vouga com a maior taxa negativa de variação de população na última década e é a freguesia com média de idades mais elevada no mesmo universo. Enumerou os vários problemas com as estradas e os acessos àquela freguesia e dentro dela. Falou ainda sobre a barreira criada junto à Ponte Abade, em Pessegueiro do Vouga, que dificulta e afasta ainda mais as comunidades que existem além da ponte, salientando os problemas relacionados com diversas vias, nomeadamente a E.M. 569 que atravessa quatro das sete freguesias do concelho, pedindo à Câmara Municipal e às respetivas Juntas de Freguesia que façam cumprir o protocolo de limpeza de valetas, dando o exemplo e respetivo brio aquela estrada; que se sinalize e que se proceda à segurança daquela estrada; que se retire o sinal de trânsito proibido colocado junto ao corte para Feira Nova, tornando assim direto o acesso dos utilizadores até à ponte abade e conseqüentemente uma mais fácil ligação ao

litoral. Aproveitou para propor a permissão de trânsito a ligeiros nos dois sentidos, proibir o estacionamento e proibir o trânsito a pesados nos dois sentidos da E.M. 569 e obrigar os veículos pesados a circular pela estrada da Feira Nova mas com sinalética direcional informativa para evitar que os mesmos tenham que enfrentar o cruzamento perigoso na Vinha Dónega.-----

Antes de passar a palavra ao presidente da Câmara, o **presidente da Assembleia Municipal** quis fazer um pequeno esclarecimento relacionado com as comissões, dizendo que as convocatórias para participar nos diversos órgãos são da responsabilidade dos mesmos, presumindo que os serviços administrativos enviaram às diversas entidades os nomes dos membros escolhidos pela Assembleia Municipal, sendo as entidades quem convoca os membros para as reuniões. Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, de facto é feito o regulamento provisório pela mesa da Assembleia, que depois veio à Assembleia Municipal e foi aprovado com a respetiva composição.-----

O **presidente da Câmara Municipal** interveio para poder responder às questões colocadas e prestar esclarecimentos, começando pela intervenção de Diana Paiva, dizendo que, relativamente ao piso danificado da E.M. 570, está uma empreitada em processo de adjudicação que vai abranger a reparação desses pequenos troços, em Sóligo, mais alguns na ex-E.N. 16.-----

Quanto à E.N. 16, disse já estar a ser alvo de limpeza, o que é um procedimento normal e que se vai fazendo.-----

Sobre os muros no troço entre a ponte de Santiago e a freguesia de Cedrim, disse que está a ser discutida com os responsáveis pela construção da barragem, e que estiveram cá há uns dias, para mais uma vez serem analisadas as deficiências e houve a garantia de que vão fazer as reparações, assim como outras obras junto às barragens.-----

Sobre a Capela da Boa Viagem, disse estar a ser programada uma intervenção, mas não para já, porque é necessária disponibilidade financeira. No entanto, disse ter tomado nota para serem reparados os espaços mais danificados.-----

Quanto à iluminação da EDP, disse ter feito o registo da falta da mesma, mas que é um processo que qualquer cidadão pode intervir ligando para o número direto e às vezes é mais rápido do que fazer esse pedido através desta entidade.-----

Relativamente à intervenção de David Alves, disse ter falado no dia anterior com o diretor da Segurança Social e que, em tempos, ele fez uma visita e que a proposta não tinha nada a ver com a diminuição de pessoas, apenas com a mudança de local que está a ser pensada.--

Relativamente à intervenção do Carnaval, disse não dever-se ao executivo, pois uma atividade daquelas não parte apenas da sua iniciativa, porque grande parte tem de ter o aval da outra parte e não foi possível por aí, embora se tenha tentado.-----

Sobre o assunto dos Espaços do Cidadão, respondendo às intervenções de Toni Martins e Sérgio Silva, referiu que a decisão ou a proposta de serem dois espaços não partiu do município. Disse ter colocado a questão ao senhor Secretário de Estado numa reunião em que tiveram com os municípios da CIRA e confrontou-o com isso quando recebeu uma proposta de protocolo e não reparou que vinham lá dois espaços e perguntou-lhe qual tinha sido o critério, tendo respondido que foi o critério da população. Mais referiu ter recebido a primeira proposta de protocolo em maio de 2014 e ainda não foi assinado, tinha estado a analisar a proposta daquilo que eram os serviços que viriam para o balcão. Informou que a assinatura dos protocolos está marcada para o dia 19 de março. Na altura, disse, mesmo que fosse aceite aquele protocolo, e a junta o viesse a aceitar se era impeditivo de se poder querer carrinhas do cidadão e disseram que esse projeto ainda está em experiência. Mais informou que, o espaço que irá ser colocado no edifício da Câmara Municipal irá funcionar com os funcionários existentes no presente Balcão de Atendimento e que irão receber formação para o efeito. Disse não ter tido qualquer influência nessa escolha de dois espaços do cidadão, embora tenha sugerido que alguns dos serviços do tribunal que nos levaram fossem possíveis de fazer no espaço do cidadão.-----

Relativamente à zona central de Talhadas, informou que irá ser apreciada uma revisão orçamental onde se contempla o reforço dessa obra, onde está prevista a colocação das calçadas no interior de Talhadas.-----

Relativamente à intervenção de Albano Macedo, acusou a sua culpa em relação a duas convocatórias, uma delas do Conselho Municipal de Segurança que, curiosamente, está em cima da sua mesa para o convocar. Essa convocatória ainda não tinha sido feita porque ainda tinham sido recebidas algumas informações de algumas entidades a indicar os seus representantes, encontrando-se previsto convocar o conselho municipal de segurança e de educação. O de educação por motivos da carta educativa para a qual estava a ser feita a monitorização com vista a se conseguir os elementos para a candidatura do Centro Escolar em Sever do Vouga.-----

Relativamente à E.M. 569, disse ter tido a oportunidade de comunicar na altura que algumas das regras de trânsito que estão a ser aplicadas, foram alteradas, na altura, por proposta da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga. Disse ter informado a Junta de Freguesia de Couto de Esteves que teria de ser pedido à Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga para reapreciar a proposta de alteração da circulação de trânsito naquele local, se viesse agora a concordar com ela, não havia qualquer problema na alteração do trânsito, embora não melhor em nada a segurança naquele espaço.-----

Os membros que intervieram entregaram à mesa as cópias das suas intervenções que dela fazem parte integrante e vão ser arquivadas juntamente com os documentos desta sessão.---
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi prestada a habitual informação sobre o documento elaborado e disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal. Depois de ter sido prestada a informação pelo Presidente da Câmara Municipal foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Posto isto, como não houve qualquer questão passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

4.2 Revisão do PDM: - Depois de apresentados os documentos que fazem parte do processo da primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga, e após o termo do período de discussão pública, levado a cabo ao abrigo do n.º 8 do artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, foi elaborado o ‘Relatório de Ponderação’, tendo a câmara municipal deliberado a sua aprovação e o envio da versão final da proposta da revisão do Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para emissão de Parecer Final, nos termos do artigo 78º do referido diploma.-----

Seguidamente, foi dada a palavra ao presidente da Câmara Municipal que explicou em pormenor todos os procedimentos realizados, quais as alterações mais significativas que resultaram da presente proposta, bem como os constrangimentos com que o município se debateu no processo de elaboração da revisão do plano, tendo feito referência ao parecer final emitido pela CCDR do Centro, através do ofício n.º 280/15, de 25 de fevereiro.-----

Após a explicação dada sobre a proposta aprovada na reunião ordinária do órgão executivo do passado dia 11 de fevereiro, nos termos do n.º 1 do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na última redação aprovada pelo diploma acima indicado, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar o projeto da versão final da proposta da primeira Revisão do PDM de Sever do Vouga para efeitos de publicação, nos termos do disposto ao artigo 81º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----

A versão final da Revisão do PDM de Sever do Vouga foi aprovada com os votos a favor de todos os membros presentes: Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José Bastos da Rocha, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva

Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Rui Manuel Arede Lopes, Sandra Henriques da Silva, Sérgio Soares da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

A presente deliberação foi aprovada em minuta, para se tornar de imediato eficaz, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.- Antes deste ponto ter sido colocado à votação, foi aberto um período de intervenção, que começou com **José Luís da Silva e Almeida**, que quis prestar o seu reconhecimento a todos os técnicos da autarquia e a todos os severenses que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração dos documentos. Perguntou se os pareceres desfavoráveis impedem a aprovação do plano ou só adiam o processo. Mais referiu que, na sua opinião, a complexidade do caminho para se ter um PDM aprovado é bem demonstrativo do que falta fazer para ter um Estado ao serviço dos cidadãos e não ao serviço de outros interesses. Mais disse que o país precisa de acordos de regime em vários setores.-----

O **presidente da Câmara** respondeu que, desde que o parecer final da CCDR-C seja favorável, o processo é aprovado.-----

De seguida, interveio **Ricardo Manuel Tavares da Silva** para colocar uma questão sobre a possibilidade da aquisição de terrenos em compropriedade com o impedimento de depois ser loteado.-----

O **presidente da Câmara** disse não ser capaz de responder à questão, uma vez que a mesma não tem nada a ver com o PDM, tratando-se de uma questão jurídica.-----

4.3 1ª Revisão Orçamental de 2015: - Depois de prestados esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 1ª Revisão Orçamental de 2015, que compreende a 1ª Revisão do Orçamento de Receita e de Despesa com um reforço de € 1 900 000,00 (um milhão, novecentos mil euros). Este documento foi aprovado, por maioria, com dezanove votos a favor e oito abstenções:-----

Dezanove votos a favor - Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Rui Manuel Arede Lopes, e Sérgio Soares da Silva.-----

Oito abstenções - Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-

4.4 1ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2015: - O órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pela Câmara Municipal relacionada com o acréscimo de um lugar de Assistente Técnico, para o Serviço de Turismo, no Mapa de Pessoal, atendendo às alterações no modelo de gestão do Posto de Turismo de Sever do Vouga provocadas pelo Plano de Reestruturação do Turismo do Centro de Portugal. A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a 1ª alteração do mapa de pessoal de 2015 para a inclusão de um lugar de Assistente Técnico para o Serviço de Turismo.-----

4.5 3ª Revisão da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais: - Na sequência da audiência pública realizada e depois de apreciadas e aprovadas algumas propostas de alteração, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a versão final da 3ª Revisão da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sever do Vouga.-----

4.6 Regulamento Urbanístico do MSV: - Estando finalizado o período de audiência pública e não tendo sido apresentada qualquer proposta de alteração ou reclamação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento Urbanístico do Município de Sever do Vouga.-----

4.7 Compromissos Plurianuais: - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, conjugado com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia

Municipal aprovou, por unanimidade, autorizar os encargos plurianuais para as seguintes aquisições de bens e serviços:-----

- Aquisição de serviços de segurança e vigilância;-----
- Aquisição de serviços para desmaterialização de processos e apoio técnico.-----

4.8 Despesa Fiscal de 2015: - Nos termos do disposto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, fixar um limite para as isenções totais ou parciais de outros tributos próprios (taxas), para o ano de 2015, de acordo com o quadro seguinte:-----

Áreas	Limite
Ação social e saúde	€ 2 500
Proteção civil, cultura, desporto e tempos livres	€ 1 250
Económica	€ 1 500
Educação	€ 1 250
Urbanismo	€ 13 500
Total	€ 20 000

4.9 Relatórios dos Acordos de Execução: - Seguidamente, foram apresentados os relatórios do segundo semestre de 2015, relacionados com as competências legais delegadas nas freguesias e em cumprimento do que se encontrava previsto nos acordos de execução, elaborados por cada freguesia para a Assembleia Municipal apreciar e acompanhar a execução das competências delegadas e compromissos das entidades envolvidas. Seguidamente, foi dada a palavra aos membros que pretendessem colocar questões sobre esses documentos ou intervir.-----

Foi dada a palavra a Sérgio Silva, que interveio para dizer que não bastava fazerem-se relatórios para se apresentarem na Assembleia, tinha é de se estar no terreno dar o exemplo e fazê-los cumprir. Disse que a estrada sobre a qual falou no período de antes da ordem do dia é o melhor exemplo do incumprimento da delegação de competências, pois os arbustos crescem nas valetas, tapando a pouca sinalética vertical e a visibilidade dos utilizadores daquela estrada. A vegetação mais rasteira cobre na berma da faixa de rodagem as poucas linhas brancas contínuas laterais daquela estrada. As folhas, lixo e barreiras deslizadas enchem as valetas.-----

Aproveitou, também, a oportunidade para lembrar que, relativamente à gestão e manutenção de espaços verdes e à realização de pequenas reparações nos edifícios, foi feito um excelente estudo com critérios bem definidos que concluiu com uma distribuição justa das verbas. Já quanto à limpeza de vias e espaços públicos, disse não ter havido critérios e que as verbas são distribuídas de igual modo pelas freguesias. Lembrou que há freguesias com muito mais quilómetros de estradas do que outras e que é diferente fazer a limpeza em meio urbano e em meio rural.-----

Como não houve mais nenhuma intervenção passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Paulo Sérgio Almeida Guerra, residente no Edifício Habivouga I, no segundo andar, quis questionar o presidente da Câmara Municipal se gostava de chegar a casa e ter o chão da entrada vomitado, com beatas de cigarro e vidros de garrafas ou a garagem cheia de vidros de garrafas. Disse que, de há dois meses para cá, três pneus de carros dos moradores foram furados, dentro da garagem. Disse que, quando comprou o apartamento, o construtor disse que as lojas eram para comércio e não para um bar. No entanto, está lá um bar e referiu não saber como foi licenciado. Adicionou que, ultimamente, o que se tem passado é grave e os moradores têm direito ao descanso, coisa que não têm tido, pois a música toca até às duas da manhã. Informou que, por muitas vezes, a GNR é chamada ao local e deu o exemplo da passada sexta-feira que, à uma da manhã, estavam duas pessoas lá dentro com o dono, e quando a GNR chegou lá, puseram a música baixo e o que é certo é que a GNR foi embora e aumentaram o volume da música até às duas da manhã. Disse que, até à data, tem conhecimento de que já foram levantados 18 autos pela GNR, documentos que depois vão para a Câmara Municipal, sendo que, sobre dois ou três deles, o senhor presidente da Câmara Municipal enviou-lhe um e-mail a dizer que esses autos

foram autuados e processados. Disse não saber se o dono do bar recebeu o auto que a Câmara Municipal levantou. Referiu que, uma das comunicações que o presidente da Câmara lhe enviou dizia: “As outras contraordenações só serão decididas após o final deste primeiro processo, é do dia 3 de janeiro, para poderem ser consideradas reincidências e de terem outro efeito por motivo dessa reincidência”. Disse esperar que as outras cerca de 16 ou 18 multas ou coimas sejam decididas rapidamente.-----

Terminada a intervenção, o presidente da Assembleia Municipal disse que, a mesma não tem qualquer questão que tenha a ver diretamente com a Assembleia Municipal, e informou a assembleia que, de facto, o senhor Guerra fez chegar aquelas queixas e fez aquilo que seria a sua obrigação, que era pedir informação por escrito ao presidente da Câmara Municipal e respondeu ao senhor Guerra com a informação que o presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para dizer que aquele assunto deveria ter sido apresentado na reunião de Câmara. Contudo, informou a assembleia que os processos estavam a ser tratados e em relação ao primeiro como o infrator não cumpriu com os prazos de pagamento da coima, o processo tinha sido remetido para o tribunal judicial, prevendo-se que aconteça o mesmo com o segundo conjunto de processos e, nesse caso, se voltar a não pagar as coimas, então, voltamos a comunicar o mesmo ao tribunal judicial e poderá ser considerado reincidente e serem agravadas as sanções a aplicar.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----